JANAYNA FERREIRA LUZZI

JUSTIÇA RESTAURATIVA UM NOVO PARADIGMA PARA O DIREITO PENAL

Monografia apresentada como requisito parcial para à obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização (Pós-Graduação *latu sensu*) em Direito Penal e Criminologia do Instituto de Criminologia e Política Criminal – Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Professor Doutor **Juarez Cirino dos Santos**

CURITIBA

2008

Ao Senhor Deus, que fez um projeto de vida se tornar realidade.

A você Jé, que investiu em meu favor, e eu pude chegar até aqui.

A você amor, meu incentivador de todas as horas.

A você mãezinha, minha companheira de lutas e vitórias.

RESUMO

O presente trabalho quer mostrar o cenário de crise de legitimidade e eficiência do sistema penal, que roga por reformas imediatas na busca de resolução de conflitos, especialmente por causa da expansão no número da população carcerária. Em razão desta deficiência, emerge a justiça restaurativa como um meio de autocomposição intensamente eficaz à violência, que utiliza técnicas primitivas, mas embasadas na comunicação, na fraternidade e no arrependimento, cujos fins, além da reparação e responsabilização, são reatar os laços comunitários, bem como prevenir futuros conflitos. O modelo não é inovador, mas complementar ao sistema tradicional de imposição de penas, sobretudo porque trás propostas de humanização diferenciadas no processo de recuperação. Seja vítima, infrator ou comunidade, após as sessões conciliatórias, melhoram o senso de cidadania, respeito mútuo, restauram sentimentos e relacionamentos rompidos. A necessidade é de salientar a justiça restaurativa como uma nova forma de reação à infração penal, em que vê em suas técnicas e programas métodos contributivos para uma cultura de paz.

Palavras chaves: justiça restaurativa, reparação, práticas restaurativas, conflito.

SUMÁRIO

RESUMO

INTRODUÇÃO	01
1 ALÉM DA IMPOSIÇÃO DAS PENAS	04
1.1 A CRISE DO SISTEMA PUNITIVO.....	04
1.2 JUSTIÇA RESTAURATIVA UMA RESPOSTA EMERGENCIAL AO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL.....	07
1.3 CONTRASTES JUSTIÇA RETRIBUTIVA X JUSTIÇA RESTAURATIVA.....	10
2. O QUE É JUSTIÇA RESTAURATIVA?	14
2.1 CONSTRUINDO UMA DEFINIÇÃO.....	14
2.2 HISTÓRICO.....	17
2.3 ASPECTOS PRINCIPOLÓGICOS.....	19
2.4 OBJETO.....	22
2.5 RESULTADOS.....	24
3. PARTICIPANTES DO PROCESSO	27
3.1 VÍTIMAS.....	27
3.2 OFENSORES.....	30
3.3 COMUNIDADES.....	32
3.4 FACILITADORES.....	33
CONCLUSÃO	36
REFERÊNCIAS	40

INTRODUÇÃO

Os namorados Maria, 14 anos, e João, 16 anos, estudavam na mesma escola de Heliópolis. Ambos pobres, sem mesada ou trabalho, porém Maria mais pobre ainda, vivendo com a mãe, arrimo da casa, e três irmãos menores. Depois de alguns meses de namoro, Maria ficou grávida de João. O menino, apavorado, não quis assumir nenhuma responsabilidade, e começou a fugir da namorada. A menina, quando a barriga começou a crescer, foi obrigada a contar o acontecido à mãe. A resposta materna foi ameaçar expulsá-la de casa se não "resolvesse o problema" de alguma maneira. Não havia lugar ou dinheiro para sustentar um bebê. Pressionada, a menina recorreu à família do ex-namorado, que devolveu o caso à mãe. Sucediã-se agressões verbais e acusações mútuas entre as duas famílias vizinhas e entre os dois jovens. De vizinhos e namorados, haviam se transformado em inimigos. Um final previsível... (complete) ¹

Violência, criminalidade, desrespeito, se espalham como toxinas, e demonstram as incontornáveis feridas na cultura e no meio social.

O caos não esconde que as suas conseqüências (aumento de crimes violentos, aumento de insegurança, incentivo a políticas mais duras no combate ao crime, superlotação prisional, mídia sensacionalista, falta de estrutura de apoio ao sistema penal) motivaram as reações sociais em massa, ocasionando a ruptura no sistema judiciário.

Por outro lado, em reação, o direito penal, como diria Salo de Carvalho, tende aos excessos, seja no plano da elaboração (legislativo), aplicação (judiciário) ou execução (executivo), a fim de impor o seu poder.

O surgimento de meios alternativos de acesso à justiça que prezam em adotar métodos humanitários, formulados em parceria com entidades públicas e privadas, associações, organizações não-governamentais, escolas e

¹ Os nomes são fictícios para proteger a privacidade dos envolvidos. Esta é uma história real que envolveu adolescentes e adultos em Heliópolis – São Paulo, extraído de: MADZA. Ednir (org.). **Justiça e educação em Heliópolis e Guarulhos: parceria para a cidadania.** São Paulo : CECIP, 2007, p. 101-106.

comunidades, são respostas emergenciais na tentativa de uma nova concepção de direito.

No percurso deste trabalho, traz-se à baila uma das recentes inovações institucionais introduzidas no sistema de justiça criminal - a Justiça Restaurativa – como uma fonte auxiliar ao sistema punitivo.

Ela é defendida como um novo paradigma ao direito penal, pois acredita que a suas práticas respondem de forma mais efetiva ao conflito, sem comprometer a dignidade da vítima e do ofensor. Ao mesmo tempo, restaura as relações sociais e apresenta um notável ganho à segurança social.

Apresentá-la no patamar de justiça é a ideologia, contudo caminha sobre passos mais lentos, mas revestidos de êxito.

Feitas estas premissas, passa-se a expor a estrutura do presente trabalho dividida em três seções.

O primeiro capítulo mostra a crise do atual modelo penal, comentando as necessidades de uma resposta urgente que esteja além da imposição de penas, e revela o descompasso entre os modelos de justiça retributiva e justiça restaurativa, mediante quadro comparativo.

O capítulo de número dois é o mais enriquecedor em conhecimento, vez que delineia, num primeiro momento, sobre importantes questões teóricas, conceituais, históricas e principiológicas, e em seguida, revela os objetivos práticos na esfera psico-social dos envolvidos nos processos restaurativos. De igual forma, ainda se prima em desenhar os resultados que as práticas restaurativas refletem na vida dos participantes do processo, da sociedade, do estado em conjunto com o poder judiciário.

O terceiro e último capítulo, não menos importante que os demais, apresenta sucintas descrições do papel de cada membro que atua no processo restaurativo, como também apresenta estatísticas que revela quão promissora é a implantação de programas de justiça restaurativa na sociedade de todo o mundo.

Ao fim do trabalho a conclusão relata como é louvável o esforço da justiça restaurativa em busca de um novo modelo de resolução de conflito, que se opõe a imposição de pena e visa uma sociedade mais pacificadora e justa.

Para encerrar esta apresentação, acha-se prudente relatar como se encerrou aquela história narrada inicialmente.

Ela é a mesma história que acontece todos os dias nas escolas brasileiras e seus arredores, com finais bastantes tristes. Os desfechos poderiam incluir aborto ou suicídio, tráfico de drogas, furto ou roubo, para a sobrevivência de Maria e o bebê.

No entanto, especificamente aquele caso terminou bem, ou pelo menos, da melhor maneira possível, dentro da realidade dos envolvidos. A mãe de Maria não pensa mais em expulsá-la de casa e vai acompanhá-la nas visitas ao médico para realização do pré-natal. João e sua família decidiram ajudar a construir um quarto para ela e o bebê na casa materna. João e Maria e suas famílias voltaram a se entender.

O que resultou diferença nos finais desta história é que estas pessoas moravam em um bairro onde um projeto de justiça restaurativa estava em vigor. Graças a este, os adolescentes, suas famílias e a comunidade, tiveram a oportunidade de participar de um círculo restaurativo, expor os problemas e juntos resolver o conflito, a fim de evitar a prática de um ilícito penal.

É nesta trilha que a justiça restaurativa passa a seguir.

1 ALÉM DA IMPOSIÇÃO DAS PENAS

1.1 A CRISE DO SISTEMA PUNITIVO

O cenário de crise do sistema de justiça criminal não é próprio do Brasil. A criminalidade cresceu consideravelmente, e, como efeito, expandiu grotescamente o número da população carcerária, principalmente nos últimos quinze anos.

(...) a partir dos anos 70, vários fatores puseram em xeque a justiça tradicional: (i) fortes movimentos entre advogados e acadêmicos para proteger os direitos dos condenados, restringir o uso da prisão e aperfeiçoar as condições dentro das instituições, tudo isso impulsionado por uma nova compreensão do comportamento criminoso e sua ligação com o ambiente social; (ii) as crescentes taxas de criminalidade nas zonas urbanas; e (iii) a organização de grupos de apoio às vítimas (que também permitiam um reforço da política de “lei e ordem”), assim como a pesquisa criminológica também se voltou para a figura da vítima (vitimologia). A situação (i + ii + iii) demonstra a tensão daquele momento, o qual pressionou o aparecimento de alternativas, ao mesmo tempo eficientes e garantidoras dos direitos humanos.²

No que diz respeito ao Brasil, a regulamentação de normas penais deixou de acompanhar a complexidade do caos oriundo do sistema punitivo, pois ainda adota as regras e medidas elaboradas para a sociedade e cultura vivida na década de quarenta.

É claro que com o passar dos anos em razão dos crescentes índices de criminalidade, encarceramento e custos para a manutenção do cárcere, reformas penais foram implementadas com o intuito de substituir à pena.

² SICA. Leonardo. **Justiça Restaurativa e Mediação Penal. O Novo Modelo de Justiça Criminal e de Gestão do Crime.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007, p. 24-25.

Fala-se na substituição da pena privativa de liberdade para o livramento condicional, suspensão condicional da pena, transação penal, dentre outras medidas “alternativas” à prisão.

Entretanto, adotar substitutivos penais não revela o verdadeiro fundamento da punição, não chega à raiz do problema.

Aliás, bem distante do sistema penal daquela sociedade agrária e patriarcal, modernamente, utiliza-se mecanismos de intervenções cada vez mais radicais, estabelecendo sanções mais severas, cometendo atos mais desumanos e degradantes contra o apenado.

Para Eliezer Gomes da Silva,

As reformas penais surgem muito mais ao sabor das percepções de setores do legislativo e do executivo sobre como solucionar questões administrativas (por exemplo, o alto custo do sistema penal) ou sobre como dar uma satisfação à comunidade (mormente sob pressões dos meios de comunicação de massa) de que algo está sendo feito.³

No entanto, a discussão a respeito de justiça já se tornou obsoleta, visto que a sociedade parece ter petrificado que o conceito de justiça sobre o ponto de vista legal, significa definir como aplicação da lei, e, no aspecto social, assemelha-se ao pensamento retributivo de pagar o preço, mediante dor e sofrimento.

Neste sentido, a pena moldada na idéia de ressocialização (prevenção especial positiva) não cumpre sua função desestimuladora de conduta criminosa. O pensamento de Feuerbach trazido na idéia de coação psicológica como instrumento para constranger as pessoas a não praticar crimes, já é ultrapassado.

³ SILVA, Eliezer Gomes. **Sistema Penal, Controle Social e Direitos Fundamentais – Reflexões sobre as Penas e Medidas Processual-Penais Alternativas**. Crítica Jurídica – Revista Latinoamericana de Política, Filosofía y Derecho. n. 24, Jan/Dez. 2005, p. 180.

O quadro atual de prisão é falho, não mais funciona para responsabilizar o infrator, não resolve o conflito, nem sequer promove justiça, embora ainda seja a prática padrão.

A demora em busca de respostas contra o avanço da criminalidade demonstra como o sistema está mal desempenhado, e explica o aumento de crimes violentos, do medo, da insegurança, falta de confiança nas instituições governamentais, especialmente os tribunais, o que estimula mais assiduamente ao uso da justiça privada e incentivo de políticas duras no combate ao crime.

Desta forma, um modelo criado para ser ressocializador, inverteu-se transformando em um poder punitivo que extravasa os limites da legalidade e dos direitos humanos.

Semelhantemente a abordagem Salo de Carvalho argumenta:

A intervenção estatal, na órbita da repressão e da punitividade, ao invés de estar associada às garantias e em respeito aos direitos das pessoas, demonstra radical potência para romper com a legalidade, produzindo ofensa aos direitos humanos de todos os envolvidos: das vítimas, pela expropriação do conflito e pela revitimização operada no processo penal (vitimização secundária); e dos investigados, réus e condenados, face à inobservância das regras do jogo (penal e processo penal).⁴

Neste viés se observa que a missão social de justiça criminal (prevenção da criminalidade, tratamento aos presos, reinserção social e atenção às vítimas) está desequilibrada. E para buscar solução a pacificação dos conflitos deve se alterar a forma de retribuição, pois a pena não dirime os conflitos.

As reformas que se galgam não são apenas legislativas, mas capazes de moldar novas técnicas dentro do sistema judiciário penal.

⁴ CARVALHO, Salo de. **Antimanual de Criminologia**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

A procura hoje é por novos paradigmas que tragam respostas práticas e eficazes na prevenção da violência e criminalidade, sejam eles mecanismos de controles formais, ou informais.

A propósito, estas experiências penais contemporâneas são muito valorizadas, especialmente porque trazem um equilíbrio social, emocional e psicológico aos envolvidos com o delito, e auxiliam na eficácia do sistema.

Por este fim, passará a ser objeto deste estudo a justiça restaurativa como uma nova estratégia de práticas sociais que objetiva fazer justiça por meio da reparação aos danos causados às pessoas e à relacionamentos, ao invés apenas de punir e estigmatizar os transgressores.

Ao defender os avanços da Justiça Restaurativa, Antonio Beristain menciona que “desejamos algo mais que modificar, suprimir ou incluir muitos artigos nos Códigos, que reformem e melhorem as normas substantivas e processuais do *ius puniendi*. Buscamos outras metas diversas, avançamos em outro nível.”⁵

1.2 JUSTIÇA RESTAURATIVA UMA RESPOSTA EMERGENCIAL AO SISTEMA DA JUSTIÇA CRIMINAL

Porque a justiça restaurativa se apresenta como uma medida emergencial ao sistema punitivo desgastado?

⁵ BERISTAIN, Antonio. *Nova Criminologia à Luz do Direito Penal e a Vitimologia*. Brasília: UnB, 2000.

A justiça restaurativa, como adiante se verá em capítulo próprio, não é uma prática nova, mas utilizada desde a era pré-colonial. Neste momento histórico, o modelo reacende suas técnicas, porque o estado não tem cumprido satisfatoriamente seu papel.

O que diferencia o modelo restaurativo é o seu dinamismo e seus efeitos práticos que auxiliam e o transformam em uma justiça efetiva.

O resultado bem sucedido da aplicação da justiça restaurativa implica em programas e iniciativas inovadoras que possui a colaboração dos governos, das comunidades, das organizações não governamentais, das vítimas, dos infratores e agentes (polícia), pois além dos programas alternativos e processos já existentes, a justiça restaurativa pode ser adaptada ao modelo clássico vigente.

Neste vértice, a proposta que se apresenta é muito viável e favorável a esta situação, especialmente por causa de seus fins humanitários, indenizatórios, e restauradores, inclusive, emocionalmente.

A utilização de mecanismos de perdão permitiria um novo horizonte ético para a justiça penal, e, também, poderia ser uma das pontes entre os modelos punitivos e restaurativos (GEHM, 1992, p.548), indicando a possibilidade de existência de ambos, em que a justiça restaurativa seria um complemento ao outro sistema.

Os meios alternativos de solução de conflitos são instrumentos que fortalecem e melhoram a distribuição de justiça.

É sob esta visão que está a justiça restaurativa, uma via complementar ao sistema tradicional, que enfatiza restaurar as relações abaladas, amparar às vítimas, tratando das relações interpessoais e do indivíduo com a sociedade.

Foca-se, portanto, mais às relações sociais que uma resposta estatal. De igual sorte, preocupa-se com as aflições futuras, e não passadas.

Este novo olhar de justiça é reforçado por Philip Oxhorn e Catherine Slakmon como um modelo complementar ao sistema de justiça tradicional.

As práticas restaurativas não são feitas para substituir o sistema de justiça tradicional, mas sim para complementar as instituições legais existentes e melhorar o resultado do processo de justiça. Ao descentralizar a administração de certas demandas da justiça – que são tipicamente determinadas de acordo com a gravidade legal e moral da ofensa – e ao transferir o poder de tomada de decisão ao nível local, o sistema de justiça estatal e os cidadãos podem se beneficiar de modos importantes. A micro-justiça pode ter um efeito positivo intrínseco para o processo e o resultado de justiça por:

- Reduzir o volume de casos para os tribunais;
- Melhorar a imagem do sistema de justiça formal;
- Melhorar o acesso à informação e as recursos da justiça para os cidadãos e comunidades marginalizados;
- Apresentar uma alternativa à justiça alternativa ilegal quando as instituições legais formais falham;
- Dotar poder aos cidadãos e as comunidades através da participação ativa no processo de justiça;
- Favorecer a reparação e a reabilitação ao invés da retribuição;
- Ter por base os consensos ao invés da coerção;
- Transferir e produzir conhecimento no nível local.⁶

Certo, pois, que a sociedade espera e anseia pela imediata atuação dos programas restaurativos, a fim de recompor a ordem jurídica, como um paradigma novo, capaz de recuperar a segurança, a dignidade e a reintegração social dos envolvidos.

⁶ OXHORN, Philip; SLAKMON, Catherine. **Micro-justiça, Desigualdade e Cidadania Democrática**. A Construção da Sociedade Civil através da Justiça Restaurativa no Brasil. In: *Justiça Restaurativa: Coletânea de Artigos*. Brasília: Ministério da Justiça e PNUD, 2005, p. 200.

1.3 – CONTRASTES JUSTIÇA RETRIBUTIVA X JUSTIÇA RESTAURATIVA

As diferenças existentes no modelo tradicional de justiça criminal (retributivo) e o modelo de justiça restaurativo estão visivelmente distinguidas no quadro a seguir, que visa comparar os apontamentos de valores, procedimentos e resultados de cada um dos modelos, além dos efeitos lançados para a vítima e ofensor.⁷

VALORES	
JUSTIÇA RETRIBUTIVA	JUSTIÇA RESTAURATIVA
Conceito jurídico-normativo de Crime – ato contra a sociedade representada pelo Estado – Unidisciplinariedade	Conceito realístico de Crime – Ato que traumatiza a vítima, causando-lhe danos. – Multidisciplinariedade
Primado do Interesse Público (Sociedade, representada pelo Estado, o Centro) – Monopólio estatal da Justiça Criminal	Primado do Interesse das Pessoas Envolvidas e Comunidade – Justiça Criminal participativa
Culpabilidade Individual voltada para o passado – Estigmatização	Responsabilidade, pela restauração, numa dimensão social, compartilhada coletivamente e voltada para o futuro
Uso Dogmático do Direito Penal Positivo	Uso Crítico e Alternativo do Direito
Indiferença do Estado quanto às necessidades do infrator, vítima e comunidade afetados – desconexão	Comprometimento com a inclusão e Justiça Social gerando conexões
Mono-cultural e excludente	Culturalmente flexível (respeito à diferença, tolerância)
Dissuasão	Persuasão

PROCEDIMENTOS	
JUSTIÇA RETRIBUTIVA	JUSTIÇA RESTAURATIVA
Ritual Solene e Público	Comunitário, com as pessoas envolvidas
Indisponibilidade da Ação Penal	Princípio da Oportunidade
Contencioso e contraditório	Voluntário e colaborativo
Linguagem, normas e procedimentos formais e complexos – garantias.	Procedimento informal com confidencialidade
Atores principais - autoridades (representando o Estado) e profissionais do Direito	Atores principais – vítimas, infratores, pessoas da Comunidade, ONGs.
Processo Decisório a cargo de autoridades	Processo Decisório compartilhado com as

⁷ Esta análise é baseada nas exposições e no material gentilmente cedido pelas Dras. Gabrielle Maxwell e Allison Morris, da Universidade Victoria de Wellington, Nova Zelândia, por ocasião do memorável Seminário sobre o Modelo Neozelandês de Justiça Restaurativa, promovido pelo Instituto de Direito Comparado e Internacional de Brasília, em parceria com a Escola do Ministério Público da União e Associação dos Magistrados do DF, em março de 2004.

(Policial, Delegado, Promotor, Juiz e profissionais do Direito - Unidimensionalidade	pessoas envolvidas (vítima, infrator e comunidade) – Multi-dimensionalidade
--	---

RESULTADOS	
JUSTIÇA RETRIBUTIVA	JUSTIÇA RESTAURATIVA
Prevenção Geral e Especial -Foco no infrator para intimidar e punir	Abordagem do Crime e suas Conseqüências - Foco nas relações entre as partes, para restaurar
Penalização Penas privativas de liberdade, restritivas de direitos, multa Estigmatização e Discriminação	Pedido de Desculpas, Reparação, restituição, prestação de serviços comunitários Reparação do trauma moral e dos Prejuízos emocionais – Restauração e Inclusão
Tutela Penal de Bens e Interesses, com a Punição do Infrator e Proteção da Sociedade	Resulta responsabilização espontânea por parte do infrator
Penas desarrazoadas e desproporcionais em regime carcerário desumano, cruel, degradante e criminógeno – ou – penas alternativas ineficazes (cestas básicas)	Proporcionalidade e Razoabilidade das Obrigações Assumidas no Acordo Restaurativo
Vítima e Infrator isolados, desamparados e desintegrados. Ressocialização Secundária	Reintegração do Infrator e da Vítima Prioritárias
Paz Social com Tensão	Paz Social com Dignidade

EFEITOS PARA A VÍTIMA	
JUSTIÇA RETRIBUTIVA	JUSTIÇA RESTAURATIVA
Pouquíssima ou nenhuma consideração, ocupando lugar periférico e alienado no processo. Não tem participação, nem proteção, mal sabe o que se passa.	Ocupa o centro do processo, com um papel e com voz ativa. Participa e tem controle sobre o que se passa.
Praticamente nenhuma assistência psicológica, social, econômica ou jurídica do Estado	Recebe assistência, afeto, restituição de perdas materiais e reparação
Frustração e Ressentimento com o sistema	Tem ganhos positivos. Supre-se as necessidades individuais e coletivas da vítima e comunidade

EFEITOS PARA O INFRATOR	
JUSTIÇA RETRIBUTIVA	JUSTIÇA RESTAURATIVA
Infrator considerado em suas faltas e sua má-formação	Infrator visto no seu potencial de responsabilizar-se pelos danos e conseqüências do delito
Raramente tem participação	Participa ativa e diretamente
Comunica-se com o sistema por Advogado	Interage com a vítima e com a comunidade
É desestimulado e mesmo inibido a dialogar com a vítima	Tem oportunidade de desculpar-se ao sensibilizar-se com o trauma da vítima
É desinformado e alienado sobre os fatos processuais	É informado sobre os fatos do processo restaurativo e contribui para a decisão
Não é efetivamente responsabilizado, mas punido pelo fato	É inteirado das conseqüências do fato para a vítima e comunidade
Fica intocável	Fica acessível e se vê envolvido no processo
Não tem suas necessidades consideradas	Supre-se suas necessidades

Howard Zehr demonstra que justiça retributiva e restauradora são práticas antagônicas.

Justiça retributiva: 1. o crime viola o Estado e suas leis; 2. o foco da justiça é o estabelecimento da culpa 3. para que se possa administrar doses de dor; 4. a justiça é buscada através de um conflito entre adversários 5. no qual o ofensor está contra o Estado; 6. regras e intenções valem mais que os resultados; 6. um lado ganha e o outro perde.

Justiça restaurativa: 1. o crime viola pessoas e relacionamentos; 2. a justiça visa identificar necessidades e obrigações 3. para que as coisas fiquem bem; 4. a justiça fomenta o diálogo e entendimento mútuo; 5. dá às vítimas e ofensores papéis principais; 6. é avaliada pela medida em que responsabilidades foram assumidas, necessidades atendidas, e cura (de indivíduos e relacionamentos) promovida.⁸

O quadro a seguir, do mesmo autor supra, reflete algumas características e implicações que divergem os dois modelos de justiça.⁹

JUSTIÇA RETRIBUTIVA	JUSTIÇA RESTAURATIVA
1. A apuração da culpa é central	1. A solução do problema é central
2. Foco no passado	2. Foco no futuro
3. As necessidades são secundárias	3. As necessidades são primárias
4. Modelo de batalha, adversarial	4. O diálogo é a norma
5. Enfatiza as diferenças	5. Busca traços comuns
7. Um dano social é cumulado ao outro	7. Enfatiza a reparação de danos sociais
8. O dano praticado pelo ofensor é contrabalançado pelo dano imposto ao ofensor	8. O dano praticado é contrabalançado pelo bem realizado
Foco no ofensor: ignora-se a vítima	As necessidades da vítima são centrais
10. Os elementos-chave são o Estado e o ofensor	10. Os elementos-chave são a vítima e ofensor
11. Falta informação às vítimas	11. As vítimas recebem informações
12. A restituição é rara	12. A restituição é normal
13.A "verdade" das vítimas é secundária	13. As vítimas têm a oportunidade de "dizer a sua verdade"
14. O sofrimento das vítimas é ignorado	14. O sofrimento das vítimas é lamentado e reconhecido
15. O Estado age em relação ao ofensor; o ofensor é passivo	15. O ofensor tem participação na solução
16. O Estado monopoliza a reação ao mal feito	16. A vítima, o ofensor e a comunidade têm papéis a desempenhar
17. O ofensor não tem responsabilidade pela resolução	17. O ofensor tem responsabilidade pela resolução
18. Os resultados incentivam a	18. O ofensor tem responsabilidade pela

⁸ ZEHR, Howard. **Trocando as Lentes**. Um novo foco sobre o crime e justiça. Trad. Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2008. p.199.

⁹ Id.

irresponsabilidade do ofensor	resolução
19. Rituais de denúncia e exclusão	19. Rituais de lamentação e reordenação
20. Denúncia do ofensor	20. Denúncia do ato danoso
21. Enfraquecimento dos laços do ofensor com a comunidade	21. Reforço da integração do ofensor com a comunidade
22. O ofensor é visto de modo fragmentado: a ofensa o define	22. O ofensor é visto de modo holístico
23. O senso de equilíbrio é conseguido pela retribuição	23. O senso de equilíbrio é conseguido pela restituição
24. O equilíbrio é alcançado rebaixando o ofensor	24. O equilíbrio é alcançado soerguendo vítima e ofensor
25. A justiça é avaliada por seus propósitos e pelo procedimento em si	25. A justiça é avaliada por seus frutos ou resultados
26. A justiça como regras justas	26. A justiça como relacionamentos saudáveis
27. Ignora-se o relacionamento vítima-ofensor	27. O relacionamento vítima- ofensor é central
28. O processo aliena	28. O processo visa reconciliação
29. reação baseada no comportamento pregresso do ofensor	29. Reação baseada nas conseqüências do comportamento do ofensor
30. Não se estimula o arrependimento e o perdão	30. Estimula-se o arrependimento e o perdão
31. Procuradores profissionais são os principais atores	31. Vítima e ofensor são os principais, mas contam com ajuda profissional
32. Valores de competição e individualismo são fomentados	32. Valores de reciprocidade e cooperação são fomentados
33. O contexto social, econômico e moral do comportamento é ignorado	33. Todo contexto é relevante
34. Presume resultados em que um ganha e o outro perde	34. Possibilita um resultado do tipo ganha-ganha

As comparações revelam que uma justiça que busca nos resultados reconciliação, conscientização dos valores comunitários e humanos, na tentativa de abrandar a violência, se apresenta muito diferente do modelo que tem como cerne a punição e o conseqüente sofrimento.

2 O QUE É JUSTIÇA RESTAURATIVA?

2.1 – CONSTRUINDO UMA DEFINIÇÃO

A Justiça Restaurativa, não possui um conceito determinado, já que é uma recente prática em desenvolvimento.

Em virtude de se tratar de um conceito aberto, é motivo de discussões em vários países, o que tem dado origem as diferentes interpretações de seus métodos que, nem sempre, andam em consonância.

Este motivo explica ainda que, devido à dificuldade de traduzir um conceito preciso em diversas línguas, várias terminologias são utilizadas para descrever a justiça restaurativa, também conhecidas pelo termo justiça restauradora¹, justiça reparadora, justiça alternativa, justiça comunitária, dentre outras.

Contudo, a realidade é que teve seu começo diretamente na prática, e só depois veio a apresentar a teoria.

Uma explicativa para a denominada justiça restaurativa é que ela é um conjunto de práticas consensuais que reúne vítimas e ofensores, bem como membros da comunidade (geralmente pessoas que têm envolvimento com os conflitantes, ex: pais irmãos, amigos), e profissionais especializados (os denominados facilitadores), que em conjunto com o sistema legal, permitem encontros em espaços comunitários, na tentativa de recompor laços materiais e sociais originados em razão da prática de um crime.

¹ Original da expressão inglesa "restorative justice".

Além disso, é um processo voluntário e informal, que visa satisfazer as necessidades individuais e coletivas, que não à punição.

Tal prática usa técnicas de mediação,² transação e conciliação para atingir o objetivo e necessidade de cada envolvido, resultando na reconstrução do equilíbrio rompido.

A Justiça Restaurativa possui alguns pressupostos para sua existência, um deles é exigir que as partes exponham seus sentimentos e angústias e que demonstrem suas expectativas.

Abre-se, portanto, um espaço para a fala, expressão de sentimentos e emoções vivenciados, os quais serão utilizados no acordo restaurativo, em resposta a ruptura da relação social e aos danos causados (SÓCRATES, 2008).³

Além disso, cada parte deve ser o mais verdadeiro possível, haja vista que não funciona se forem obrigada à integrá-lo, com também deve existir concordância entre os participantes durante a sessão.

Para Pedro Scuro Neto justiça restaurativa significa,

“fazer justiça” do ponto de vista restaurativo significa dar resposta sistemática às infrações e as suas conseqüências, enfatizando a cura das feridas sofridas pela sensibilidade, pela dignidade ou reputação, destacando a dor, a mágoa, a dano, a ofensa, o agravo causados pelo malfeito, contando para isso com a participação de todos os envolvidos (vítima, infrator, comunidade) na resolução dos problemas (conflitos) criados por determinados incidentes. Práticas de justiça com objetivos restaurativos identificam os males infligidos e influem na sua reparação, envolvendo as pessoas e transformando suas atitudes e perspectivas em relação convencional com sistema de Justiça, significando, assim, trabalhar para restaurar, reconstituir, reconstruir, de sorte que todos os

² Em que pese ter usado a palavra mediação, o professor Howard Zehr, um dos pioneiros no estudo da justiça restaurativa, comentou na Palestra que concedeu no Brasil, em 08 de abril de 2008, em Brasília, que não ter apreço pela expressão mediação quando se refere à práticas restaurativas, porque mediação é usada quando há igualdade entre os envolvidos, e no caso da justiça restaurativa a situação da vítima é bem diferente da do ofensor, não se apresentando igualmente.

³ SÓCRATES, Adriana Barbosa. **Práticas Restaurativas como diferentes formas de lidar com o que comparece à Justiça**. Disponível: site do Instituto Brasileiro de Justiça Restaurativa (13 fev. 2008). URL < http://www.ibjr.justicarestaurativa.nom.br/pdfs/PraticasRestaurativas_Adriana.pdf >. Acesso em: 04 jun. 2008.

envolvidos e afetados por um crime ou infração devem ter, se quiserem, a oportunidade de participar do processo restaurativo".⁴

Há autores que explicam a justiça restaurativa a partir de valores, princípios e resultados pretendidos, como também, os que a vêem como uma ciência e uma filosofia. Zehr que estuda a concepção institucional de justiça restaurativa, sob a ótica religiosa, descreve como um conjunto de procedimentos destinados a introjetar valores espirituais, humanitários no sistema de justiça. Contudo, a definição mais consensual é aquela constante no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), enunciada na Resolução 2002/12, o qual adota a seguinte conceituação às práticas restaurativas:

1. Programa Restaurativo - se entende qualquer programa que utilize processos restaurativos voltados para resultados restaurativos.
2. Processo Restaurativo - significa que a vítima e o infrator, e, quando apropriado, outras pessoas ou membros da comunidade afetados pelo crime, participam coletiva e ativamente na resolução dos problemas causados pelo crime, geralmente com a ajuda de um facilitador. O processo restaurativo abrange mediação, conciliação, audiências e círculos de sentença.
3. Resultado Restaurativo - significa um acordo alcançado devido a um processo restaurativo, incluindo responsabilidades e programas, tais como reparação, restituição, prestação de serviços comunitários, objetivando suprir as necessidades individuais e coletivas das partes e logrando a reintegração da vítima e do infrator.⁵

Desta forma, a justiça restaurativa surge como um novo paradigma que reformula o conceito convencional de definição de crime, e se mostra como um grande potencial transformador de conflito em pacificação social (NUNES, 2005, p. 71).

⁴ SCURO NETO, Pedro. **A Justiça como Fator de Transformação de Conflitos: Princípios e Implementação**. Disponível: Site Restorative Justice On Line (10 março 2005). URL:< http://www.restorativejustice.org/rj3/Full-text/brazil/EJRenato%20Nest_.pdf>. Acesso em: 20 de jan. de 2008).

⁵A Resolução 2002/12 se encontra traduzida no site do Instituto Brasileiro de Justiça Restaurativa (IDCB). Disponível em: <<http://www.idcb.org.br>>. Acesso em: 21.01.2008.

2.2 HISTÓRICO

As práticas de justiça restaurativa são muito antigas alicerçadas em costumes de vários povos, tanto do ocidente como do oriente.

Os princípios restaurativos foram por durante muitos séculos o modelo de justiça adotado pelas comunidades.

No entanto, foram ultrapassados pelo modelo de justiça criminal adotado hoje. Este equivalente à punição, segundo Marcos Rolim⁶, parece estar enraizado no senso comum, como um reconhecimento cultural há dois ou três séculos.

Zehr descreve que a participação do Estado na área da persecução criminal sempre foi mínima, e quer destacar a importância dos valores e da não-violência na tentativa de resolução de conflito.

É muito difícil compreender o paradigma que consideramos tão natural, tão lógico, tem, de fato, governado nosso entendimento sobre o crime e justiça por apenas alguns poucos séculos. Nós não fazemos sempre da mesma forma e, ao invés desse modo, as práticas de Justiça Comunitária acompanharam a maior parte da nossa história. Por todo esse tempo, técnicas não judiciais e formas não legais de resolução de conflitos foram amplamente empregadas. As pessoas, tradicionalmente, eram muito relutantes em apelar para o Estado, mesmo quando o Estado pretendia intervir. De fato, quem apelasse ao Estado para a persecução penal poderia ser estigmatizado por isso. Por séculos, a intervenção do Estado na área de persecução criminal foi mínima. Ato contínuo, era considerado um dever das comunidades resolver suas próprias disputas internas.⁷

A Justiça Restaurativa não é uma prática nova como se observa, mas um ressurgimento de uma abordagem antiga sobre conflito e resolução.

⁶ ROLIM, Marcos. **Justiça Restaurativa**: Para além da punição. Disponível: site do Instituto Brasileiro de Justiça Restaurativa (30 jan. 2008). URL <http://www.ibjr.justicarestaurativa.nom.br/pdfs/JR_MarcosRolim.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2008. p.04.

⁷ ZEHR, Howard. **Changing lenses a new focus for crime and justice** Scottsdale: Herald, 1995.

No campo prático, as experiências contemporâneas puderam ser observadas inicialmente no Canadá, em 1974, cujo primeiro programa restaurador chamou-se "Victim Offender Reconciliation Programs" (VORP) para os envolvidos que praticavam vandalismos.

A maior parte da pesquisa, contudo, ocorreu em crimes que envolviam assaltos às residências, do qual se extraiu grandes resultados positivos, como perdão e reparação.⁸

É também da tradição dos povos nativos do Canadá, o modelo dos círculos, em que os participantes sentam-se em círculos e um objeto chamado "peça da fala" é passado pelo círculo. Somente se permite falar aquele que segurar o mesmo, para que todos se manifestem em relação aos crimes cometidos, e juntos possa encontrar uma solução.

Paralelamente, na Europa desenvolveram-se os programas chamados "Victim Offender Mediation (VOM), cujo objetivo é restabelecer a fala entre as partes, interrompida pelo conflito, reorganizar as relações e resolver o conflito.

No entanto, o país pioneiro a introduzir o referido modelo foi a Nova Zelândia, em 1989, na sociedade maori e hapu (clãs), onde foi aprovado o estatuto das crianças, jovens e suas famílias⁹, em defesa especial à práticas de abuso sexual.

Desde 1999, o uso das práticas restaurativas se estenderam para outros níveis com grande desenvolvimento pela polícia local de aplicação da justiça restaurativa no sistema de justiça criminal juvenil e adulto daquele país. O modelo

⁸ ZEHR, Howard. Conferência **Justiça Restaurativa: Um novo foco sobre a justiça**. org. SECRETARIA DE REFORMA DO JUDICIÁRIO/MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 08 de abril de 2008. Brasília-DF.

⁹ MAXWELL, Gabrielle. **A Justiça Restaurativa na Nova Zelândia**. *Justiça Restaurativa: Coletânea de Artigos*. Brasília: Ministério da Justiça e PNUD, 2005. p. 280-285.

neozelandês se concentrou também em aplicar procedimentos restaurativos em escolas, e posteriormente, semelhantes modelos foram implantados na Austrália, demais localidades da Oceania, inclusive no Japão.

A partir daí, a teoria e a prática, vêm se expandindo em um movimento global.

O sucesso de diversos projetos restaurativos ao redor do mundo levou a ONU a estabelecer em 2002 um documento nomeado de Declaração de Viena em que a Comissão de Justiça Criminal e Prevenção de Criminalidade da ONU define conceitos de justiça restauradora e sugere ainda a abertura de debate mundial sobre o tema.

À título de citação, ressalta-se que as práticas restaurativas contemporaneamente são adotadas em vinte e quatro estados dos Estados Unidos da América, Inglaterra, além do México, Israel, Japão, África do Sul, Brasil, Argentina, Coréia do Sul, Colômbia, Equador, Peru e Chile, e espalhados ainda por todo o mundo.

2.3 ASPECTOS PRINCIPIOLÓGICOS

O programa de justiça restaurativa está baseado no princípio fundamental de que a criminalidade não só viola a lei, mas malogra também as vítimas e a comunidade.¹⁰

¹⁰ UNITED NATIONS. **Handbook on Restorative Justice Programmes**: Criminal Justice Handbook series. Disponível: Site do Instituto Brasileiro de Justiça Restaurativa. URL: <http://www.ibjr.justicarestaurativa.nom.br/pdfs/Ebook_justice.pdf> Acesso em: 21 abril 2008. p.06.

Desta feita, todos os esforços para resolver as conseqüências do comportamento criminoso, devem envolver as partes em apoio a um resultado eficaz ao sistema.

Com base nesta afirmação é que se justifica que os princípios elencados como restaurativos se assemelham ao seu conceito, já que o método de aplicação é totalmente prático.

Além dos princípios condensarem valores, possuem a finalidade de condicionar os modos de exercitar as práticas de justiça restaurativa, motivo pelo qual também não comportam uma enumeração taxativa.

Por outro lado, há que se comentar a existência de certa dificuldade em listar os princípios adotados nos modelos restaurativos, porquanto ainda se encontram em processo de evolução.

Todavia, na prática, os meios e as técnicas para sua elaboração variam de acordo com a necessidade e método de cada programa, e este é o motivo que explica a sua grande variedade.

Não obstante, alguns autores destacam os princípios essenciais para o sucesso das práticas restaurativas.

Para Jeff Latimer e Steven Kleinknecht três princípios são básicos do sistema restaurativo, a saber:

- O crime é primariamente um conflito entre indivíduos, resultando em danos à vítima e/ou à comunidade e ao próprio autor; secundariamente, é uma transgressão da lei;
- O objetivo central da justiça criminal deve ser reconciliar pessoas e reparar os danos advindos de crime;
- O sistema de justiça criminal deve facilitar a ativa participação de vítimas, ofensores e suas comunidades.¹¹

¹¹ LATIMER, Jeff; KLEINKNECHT, Steven. **The effects of restorative justice programming: A review of the empirical.** Canadá, Departament of Justice – Research and Statistics Division Methodological Series, 2000.

Maxwell e Morris listam os seguintes pontos centrais como princípios restaurativos:

- 1) Participação plena e consenso entre as partes;
- 2) Foco na cura, ou no conserto do que foi quebrado (confiança e relacionamento);
- 3) Responsabilização plena e direta (pela explanação integral dos fatos e seu contexto);
- 4) Objetivo de reunir o que foi separado (recuperando o dano à comunidade); e
- 5) Fortalecimento das comunidades para a prevenção de danos futuros.

Luiza Maria S. dos Santos Carvalho, elenca como os princípios fundamentais da justiça restaurativa:

- (i) empoderamento do ofensor por meio do desenvolvimento de sua capacidade de assumir responsabilidade sobre seus atos e de fazer suas escolhas;
- (ii) reparo de danos, ou seja, contrariamente à Justiça estritamente retributiva, que se atém exclusivamente ao ofensor, a Justiça Restaurativa enfoca também a vítima, seu grupo familiar e suas necessidades a serem reequilibradas;
- (iii) e, por fim, resultados integrativos, restaurando a harmonia entre os indivíduos, re-estabelecendo o equilíbrio, identificando e provendo, por meio de soluções duradouras, necessidades não atendidas.

Numa lógica mais simples, Zehr apresenta como princípios:

- 1) A necessidade de reparação dos danos causados (da vítima, mas também da comunidade e do ofensor);
- 2) Atribuir as obrigações resultantes desses danos (obrigações do ofensor mas também da comunidade e da sociedade);
- 3) O envolvimento de todos os que têm interesse na situação (vítimas, ofensores, comunidade e sociedade);
- 4) Utilização de processos inclusivos e cooperativos;
- 5) Buscar corrigir os males.

Embora se tenha apresentado vários princípios práticos, todos eles revelam valores intrínsecos adotados nos programas de justiça restaurativa, os quais devem ser adaptados de acordo com as especificidades e necessidades de cada um os ordenamentos jurídicos e comunidades.

2.4 OBJETO

O objeto da justiça restaurativa não está voltado para a prática de crimes, suas reações sociais, atribuição de culpa ao infrator, mas tem uma ótica diferente, deste observado na justiça tradicional.

Volta-se à trazer respostas de sucesso àqueles que se envolveram em um crime, seja de forma ativa, ou passiva.

Ademais, tem por objeto tratar a violência por meio de diálogo e responsabilidade social, pois como já abordado, a justiça restaurativa possui a visão do crime como uma violação pessoal e de relacionamento, visto ter uma visão presente e prospectiva que se projeta a tratar das conseqüências futuras.

Nas palavras de Pinto¹² *“a idéia, então, é voltar-se para o futuro e para restauração dos relacionamentos ao invés de simplesmente concentra-se no passado e na culpa”*.

As propostas trazidas não servem para abolir a responsabilização daquele que causou ilícito, mas de procurar uma resolução digna, capaz de restituir os danos sociais de forma a estabelecer um equilíbrio e paz nas relações interpessoais.

Nesta corrente, vale dizer que violações geram obrigações, e necessidade de imputar responsabilidade àquele que causou dano a outrem.

¹² PINTO, Renato Sócrates Gomes. **A Construção da Justiça Restaurativa no Brasil**. O impacto no sistema de justiça criminal. Disponível: site do Instituto Brasileiro de Justiça Restaurativa (19 jun. 2008). URL <http://www.ibjr.justicarestaurativa.nom.br/pdfs/construcao_justicarestaurativanobrasil2.pdf>.

Busca ainda, ir além da condenação e punição, cujo intuito é abordar as causas e conseqüências dos crimes de forma participativa, com inclusão da vítima, ofensor e comunidades.

Para Mylene Jaccould, “justiça restaurativa visa o reparo das conseqüências vividas após uma infração, tais conseqüências abrangem as dimensões simbólicas, psicológicas e materiais.”

A proposta ainda se fundamenta na conciliação e reconciliação das partes (que serão objeto de estudo no capítulo seguinte) que foram unidas pelo conflito, a fim de se acabar com a distância social.

O manual sobre os programas de justiça restaurativa lançado pela Organização das Nações Unidas indica os seguintes objetivos:

- O reparo e restauração da ordem, da paz e de relacionamentos quebrados da sociedade
- Expor o comportamento criminal como inaceitável e reafirmar os valores da comunidade.;
- Auxiliar as vítimas, dar a elas a voz e permitir que exponham suas necessidades;
- Encorajar o acordo entre as partes para que assumam as responsabilidades, sobretudo os infratores;
- Restauração da identidade, visando evitar a reincidência, encorajar e facilitar os infratores com sua reintegração na comunidade.¹³

Procura ainda fornecer, pelas experiências uma oportunidade para que os indivíduos envolvidos no processo possam superar o ocorrido e se engajar num projeto de vida, contribuindo para uma cultura de paz.

¹² UNITED NATIONS. **Handbook on Restorative Justice Programmes:** Criminal Justice Handbook series. Disponível: Site do Instituto Brasileiro de Justiça Restaurativa. URL: <http://www.ibjr.justicarestaurativa.nom.br/pdfs/Ebook_justice.pdf> Acesso em: 21 abril 2008. Tradução livre da autora, no original: “**Restorative justice objectives:** a) Restore community order and peace and repair damaged relationships b) Denounce criminal behaviour as unacceptable and reaffirm community values c) Support victims, give them a voice, enable their participation and address their needs d) Encouraging all concerned parties to take responsibility, particularly by the offenders e) Identify restorative, forwardlooking outcomes f) Prevent recidivism by encouraging change in individual offenders and facilitating their reintegration into the community.”

2.5. RESULTADOS

O sucesso da justiça restaurativa não reflete somente na vida dos participantes dos processos restaurativos. Além do exercício de cidadania, no âmbito comunitário, os resultados revelam aproximação entre a sociedade e o judiciário.

Uma pesquisa realizada no Reino Unido mostrou que em 36 (trinta e seis) casos comparados à justiça criminal convencional, a restaurativa: (a) reduziu substancialmente a reincidência de determinadas categorias de infratores; (b) dobrou (ou mais) o número de infratores trazidos à Justiça; (c) reduziu os sintomas traumáticos das vítimas de atos criminosos, assim como os custos decorrentes; (d) propiciou às vítimas assim como aos infratores maior satisfação com o processo judicial; (e) reduziu o desejo de vingança violenta por parte das vítimas em relação a seus agressores; (f) reduziu os custos da Justiça; (g) diminuiu a reincidência, mais que prisão (para os adultos) e tanto quanto o internamento (para os adolescentes). (SHERMAN E STRANG, 2007).

Strang ainda, num estudo mais remoto (2002) revelou por um lado que as vítimas, em geral, sentem-se mais seguras após as audiências e seus sentimentos de auto-estima e dignidade são fortalecidos. De outro, também revela a necessidade de aprender sobre as abordagens restaurativas que fracassaram, a fim de evitar futuros erros. Elenca como práticas abolidas do sistema:

- 1) trabalhos insuficientes realizados pela polícia, como, por exemplo, quando se superestima a aceitação da responsabilidade pelo autor;
- 2) Preparação insuficiente das vítimas e autores;
- 3) Preparação mal organizada da conferência, quando, por exemplo, as vítimas se sentem intimidadas ao compartilhar o mesmo ambiente com o

- autor antes da reunião;
- 4) Preparação insuficiente ou inadequada dos mediadores;
 - 5) Deficiência no acompanhamento posterior aos acordos e
 - 6) Foco excessivo no autor, resultando em uma atenção deficiente à vítima.

Um relatório de avaliação sobre práticas de justiça restaurativa na Inglaterra¹⁴, publicado em junho de 2007, reforça a expectativa positiva do programa ao concluir que:

A satisfação de vítimas e autores, algumas semanas após as Conferências de Justiça Restaurativa, alcançou níveis entre 80 e 90%. Entre oito e nove meses após as conferências, mais de ¾ dos envolvidos (vítimas e autores) seguiam satisfeitos com as conferências e com seus resultados. Vários dos casos tratados envolviam autores adultos e, freqüentemente, crimes sérios. Com efeito, há algumas evidências de que os níveis de satisfação são inclusive mais altos nos julgamentos que envolvem crimes sérios. Em uma menor parte dos autores (26%) e das vítimas (34%) a avaliação identificou algum tipo de insatisfação com determinado aspecto do processo, mas apenas 6 vítimas (3%) e 6 autores (4%) manifestaram clara insatisfação com o processo como um todo; parcelas muito pequenas para os 152 autores e 216 vítimas entrevistados.¹⁵

Os percentuais restantes que representam a insatisfação pelos programas revelaram que o motivo do fracasso é porque há informações fáticas conflitantes entre vítima e infrator, quando o facilitador deixa de ser imparcial, tornando-se uma figura dominante, ou ainda quando esta mesma figura deixa de conduzir a reunião, permanecendo calado.

Os estudos que procuram medir as taxas de reincidência também são muito animadores. Maxwell e Morris demonstraram que o acompanhamento de jovens infratores tratados com Justiça Restaurativa contribuem efetivamente para diminuir os indicadores de reincidência.

¹⁴ Restorative justice: the views of victims and offenders. The third report from the evaluation of three schemes. Disponível em: <http://www.justice.gov.uk/docs/Restorative-Justice.pdf>

¹⁵ No original: "Satisfaction a few weeks after JRC conferences was at levels of 80-90 per cent. Some eight to nine months after the conference, over three-quarters of both victims and offenders were still satisfied with the conference itself and with its outcome. Many of these are offences involving adult offenders, often serious offences. In fact, there was some evidence that satisfaction was even higher for trials involving more serious offences". Disponível em: <http://www.justice.gov.uk/docs/Restorative-Justice.pdf>

No Brasil, pouquíssimas estatísticas revelam os resultados da justiça restaurativa nos projetos-piloto, isso porque os financiadores dos programas apenas exigem um atestado de prestação de serviço (KONZEN, 2007). Ademais, ainda é um projeto em desenvolvimento, e vale o incentivo, pois há um longo caminho a perseguir.

3. PARTICIPANTES DO PROCESSO

Há certamente objetivos e motivações muito distintos de cada membro participante do processo de justiça restaurativa. Salutar que cada participante deve ter esclarecimento do círculo restaurativo, bem como a respectiva função de cada envolvido, a fim de que juntos possam interagir de forma eficiente para alcançar respostas exitosas na resolução de conflitos.

Cabe mencionar que entre as partes envolvidas na prática restaurativa não há hierarquia, o que viabiliza a mediação. A seguir, sucintas descrições e características do papel de cada atuante desta prática restaurativa.

3.1 VÍTIMAS

As vítimas, tanto quanto os ofensores, são pessoas essenciais para fazer com que o método da justiça restaurativa seja aplicado de forma plena e eficaz.

No modelo penal atual, tanto as vítimas diretas como indiretas¹ são pessoas negligenciadas, sequer têm conhecimento das fases do processo, sendo chamadas apenas quando precisam ser ouvidas como testemunhas.

Suas necessidades, portanto, não são atendidas, e via de consequência, são muitas vezes as mais traumatizadas com a conduta criminosa.

¹ Vítima direta sofre o dano no contato direto com o agressor; as indiretas, ainda que não tenham tido contato direto, sofrem danos indiretos devido a sua relação com a vítima direta.

A justiça restaurativa trabalha de forma divergente, e em prol da vítima, tenta estabelecer um equilíbrio sentimental e identificar quais são as suas necessidades.

Howard Zehr², afirma que na justiça retributiva o infrator comete um crime contra o Estado, e lança as seguintes perguntas: Quem cometeu o crime? A que lei ele infringiu? Qual a punição merecida? A justiça restaurativa propõe novas perguntas visando recuperar a saúde mental da vítima: Quem sofreu o dano? Quais são as necessidades dessa pessoa nesse momento? Quem vai supri-las e de que forma?

Não obstante, é preciso que a vítima aceite participar da sessão, para que seja aberta a oportunidade de buscar a restauração (não apenas material, mas moral, sentimental e espiritual, que são, até mais importantes), e ressarcimento por suas perdas.

Seja por meio de indenização, ou de prestação de trabalhos comunitários, é primordial que o infrator seja responsabilizado e as vítimas alcancem na prática restaurativa as respostas que poderão lhe trazer alento, perdão, podendo existir inclusive acareação entre a vítima e o transgressor, a fim de que encontrem meios de solução para o conflito, ainda que de forma simbólica.

Não é um “tratamento” fácil, pois o estresse psicológico é uma das questões mais difíceis de serem tratadas, pois afeta suas rotinas diárias (medo de sair às ruas, depressão, sentimento de impotência) havendo casos em que o trauma perdura durante anos. No entanto, visto que os sentimentos de dor e sofrimentos foram desmerecidamente provocados nas vítimas, é que se compreende a necessidade de serem ventilados e ouvidos.

² ZEHR, Howard. **Trocando as Lentes: Um novo foco sobre o crime e a justiça**; Tradução de Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2008. p.180/189.

É, portanto, imprescindível que a vítima conte sua história, apresente sua versão, expresse seus sentimentos (raiva, choro, medo), de modo a enfrentar a violência e criminalidade sofrida.

Ao mesmo tempo, lhe é reservado o direito de, a qualquer tempo, se retirar do processo e desistir da prática restaurativa.

Outra situação de necessidade que a vítima precisa estabelecer na sessão restaurativa é a sensação de re-empoderamento³, vale dizer, de tornar a ter domínio sobre a situação, que no momento do ato criminoso, lhe foi tirada. Howard Zehr exemplifica como uma sensação de controle sobre o ambiente, em um crime de furto, a troca de fechaduras e a instalação de equipamentos de segurança, trocar o vidro quebrado.

Além disso, as vítimas querem ter o sentimento de que algo está sendo feito para evitar uma nova ofensiva, de forma a resgatar a confiança e segurança tanto nos cidadãos, como na comunidade.

Importa afirmar ainda, segundo Marcos Rolim⁴ que, “(...) as vítimas, por seu turno, possuem duas necessidades básicas: precisam recuperar o controle sobre suas vidas e precisam garantir seus direitos. Quando o dano causado for reparado, as vítimas estarão em condições de reiniciar suas vidas em uma posição justa (...)”

Há que se estabelecer, por fim, que neste processo restaurativo, esforce-se em recuperar o que foi perdido, violado. A compensação é a maneira de ajustar contas, de igual sorte que responsabiliza o infrator por suas ações e engajando as comunidades em processo de resolução de conflitos.

³ Ibid., p.27.

⁴ ROLIM, Marcos. **A Síndrome da Rainha Vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI**, Zahar: Rio de Janeiro, 2006.

Determinar que as coisas voltem ao seu estado normal e atingir suas necessidades, traz respostas à vítimas, reduz o medo e dão poder para reconstituir suas vidas.

3.2 OFENSORES

Outra figura significativa no processo da justiça restaurativa é identificar o transgressor para responsabilizá-lo, não, puni-lo. Não está no intrínseco da justiça restaurativa a abolição de pena, mas abrir caminhos para que os ofensores compreendam e reconheçam o mal que causaram às vítimas, devendo repará-las, na proporção de seus danos, sempre que possível.

Aos ofensores também é dada a voluntariedade de participar do programa restaurativo, o que não implica em confissão da conduta criminosa. Nem tampouco, a impossibilidade de realização do encontro restaurativo pode ser um fundamento para agravar a pena do agressor.

... a participação na mediação não equivale à confissão. Mesmo a realização de um acordo de reparação do dano não implica em reconhecimento de culpa: reconhecer o fato e eventualmente assumir responsabilidade (*accountability*) por suas conseqüências não equivale a assumir a culpa jurídico-penal, até porque o ofensor pode aceitar que o fato ocorreu, entender que deve reparar suas conseqüências e preservar o direito de alegar causas excludentes ou de justificação para sua conduta ...⁵

De igual sorte, nem sempre há uma concordância em aplicar os programas restaurativos, pois para o ofensor existem muitas barreiras como a vergonha, a

⁵ SICA, Leonardo. Governança p.463.

vitimização e até mesmo a dificuldade de assumir as responsabilidades de seus atos e o impacto ocasionado na vida da vítima.

Em geral, os infratores não têm perdas ou danos sofridos como resultado do seu próprio crime, ainda que, por vezes, perda ou prejuízo seja a própria causa do crime (SCHEFF;RETZINGER, 1991). No entanto, é a sua dignidade que necessita de reparação, depois da vergonha ocasionada pelo crime e pela detenção. Consoante afirmação de John Braithwaite "... dignidade é geralmente melhor restaurada quando enfrentada a vergonha, aceitando a responsabilidade pela má consequência sofrida pelas vítimas e pedir desculpas sinceras. A tarefa da justiça restaurativa esta a institucionalizar essa restauração da dignidade".⁶

Por sua vez, a prática restaurativa revela que a presença do ofensor na sessão de conciliação traz muito mais resultados satisfatórios que deletérios a sua reinserção social. Afora isso, não se foca na punição do infrator, mas a assunção de responsabilidade, que substitui a punição para restauração.

O objetivo da justiça restaurativa, sobre o olhar do ofensor, também é de lhe atribuir obrigações, acerca das causas e efeitos de seus comportamentos para que sejam responsabilizados de uma forma significativa.

Ainda que sejam transformações paulatinas, os valores e respeito mútuo vão sendo reavivados, mesmo que não haja perdão da vítima, de todo modo, terá a satisfação de suas necessidades atendidas, ao traçar o caminho diverso da justiça formal.

⁶ BRAITHWAITE, John. **Restorative Justice and Better Future**, www.iirp.org/library/braithwaite.html, 1996.

3.3 COMUNIDADES

As comunidades são também sujeitos atuantes no processo de aplicação da justiça restaurativa. Acompanham e participam dos encontros ou círculos de mediação num enfoque interdisciplinar de reparação de danos e restauração das respectivas relações. Auxiliam ainda, vítimas e infratores na discussão os valores e condutas, buscando uma transformação e reintegração social.

Consideram-se como membros das comunidades: familiares da vítima e do infrator, associações profissionais, religiosas, escolas, clubes esportivos, organizações não-governamentais, e todos os cidadãos interessados na resolução de problemas e desordem social.⁷

Atuam como grupos de suporte nas reuniões conciliatórias, os quais são os incentivadores dos diálogos entre os que são afetados por conflito, e colaboram para influenciar os diferentes aspectos da vida social, local e cultural.

Ademais, em conjunto com o governo, oferecem novas oportunidades para apontarem as necessidades dos afetados pelo crime, como também oportunizam mudanças positivas para a sociedade.

Nesse sentido, o próprio trabalho da rede de atendimento e dos grupos de suporte envolvidos no trabalho de articulação da comunidade, seu empoderamento e resolução de conflitos pauta-se pelo reconhecimento de que:

1. relações sociais formam-se por vínculos de reciprocidade, constituindo sistema de valores, objetivos, recursos;
2. o risco é fator permanente da vida social contemporânea;
3. os sujeitos em jogo na situação de conflito representam um capital humano pelo conjunto de elementos que podem aportar, como educação, saúde, habitat, família e redes sociais informais;
4. as redes sociais informais (vizinhança, relações de amizade, de coleguismo profissional etc.) movimentam os indivíduos para relações

⁶ Slakmon, Catherine; Machado, Maira Rocha; Bottini, Pierpaolo Cruz (Orgs.). **Novas direções na governança da justiça e da segurança**. Brasília-DF: Ministério da Justiça, 2006, pag. 65-68.

coletivas e possibilitam um avanço em direção à autonomia de sua relação de dependência estabelecida em contextos vários, seja com pessoas individuais, seja com o Poder Público.⁸

O apoio dos membros da comunidade na prática restaurativa tem se mostrado satisfatório, visto que apresentam condições para a colocação do transgressor de volta ao seio da sociedade, mediante oportunidades de emprego, tratamento em clínica de reabilitação, cursos profissionalizantes, escola, moradia, como da mesma forma, preocupam-se com a vítima buscando estratégias para recuperar o trauma.

3.4 FACILITADORES

Os facilitadores, também intitulados de mediadores, são as pessoas imparciais que conduzem as reuniões conciliatórias. Cumprem o papel de guiar as partes para que elas, por seus próprios meios, cheguem a um consenso e encaminhem as soluções, que a partir daquela composição, serão tomadas.

Estes profissionais especializados, remunerados, e, ou, voluntários são os garantidores do sucesso na intervenção do programa da justiça restaurativa.

Realizam recrutamentos e treinamentos para assegurar que eles tenham conhecimentos necessários para intermediar, de forma positiva, no processo de aproximação entre os envolvidos no conflito, e este depende de cada novo

⁸ Governança. P.68

programa. Para tanto, devem ter conhecimento da cultura local, bem como da comunidade em que será implantado.

São pessoas especializadas, geralmente com formação em assistência social, psicologia, direito ou sociologia. Desejável, ainda, que possuam habilidades de gerência e liderança.

Estes profissionais possuem a função de conduzir o programa de forma a reduzir probabilidades de preconceitos e discriminação nas interações vítimas e criminosos e membros da comunidade.

O manual de programas de justiça restaurativa lançado pela ONU estabelece as habilidades básicas exigidas nos facilitadores:

- Capacidade de criar um ambiente no qual as partes podem se sentir livres e seguras para interagir;
- Habilidades de comunicação (inclui habilidades especiais lingüísticas, quando os membros dos grupos minoritários falam uma língua diferente que estão freqüentemente envolvidos);
- Ativa compreensão oral;
- Capacidade para gerir e ajudar as pessoas a lidar com intensidade emocional;
- Habilidade para ajudar a partes a dizer e ouvir coisas difíceis;
- Capacidade para equilibrar os interesses dos participantes;
- Capacidade para expressar apoio e empatia.⁹

Ainda, são treinados para instruir as partes as vantagens do processo restaurativo, bem como, identificar as partes que voluntariamente desejam participar do processo.

Durante a reunião adotam postura de neutralidade, estabelecem regras comportamentais, evidenciam os pontos de vista distintos para se pautar a

⁹ Tradução livre da autora da monografia. Ebook p. 66 No original: “The basic skills required of facilitators include: a) An ability to create an environment in which the parties may have free and safe interactions; b) Communication skills (including special language skills, when members of minority groups speaking a different language are often involved); c) Active listening skills; d) Ability to manage and help people deal with emotional intensity; e) Ability to help parties say and hear difficult things; f) Ability to balance the interests/power of participants; g) Ability to express support and empathy.”

discussão e atuam para atingir os seguintes objetivos descritos por Grazia Mannozi¹⁰ “reconstruir o espaço comunicativo intersubjetivo e ajudar réu e vítima a encontrarem uma base interpretativa comum a respeito do fato/crime que leve à superação do conflito”.

⁸ MONNOZZI, Grazia. **La giustizia senza spada**. Uno studio comparato su giustizia riparativa e mediazione penale. Milão, Giuffrè, 2003.

CONCLUSÃO

Encerrando a linha de pesquisa, apresenta-se a importância do uso dos métodos dos programas de justiça restaurativa seja como um complemento ao sistema punitivo-retributivo, seja, tão somente como um meio de resposta às condutas ilícitas.

No percurso do trabalho ficou demonstrado que o sucesso das práticas restaurativas é causado por uma pluralidade de fatores, mas especialmente motivado por um estágio de crise mundial do sistema penal.

É louvável o esforço da justiça restaurativa para transformar o atual meio de imposição de pena, em práticas mais brandas, escolhidas em conjunto com as partes envolvidas infrator – vítima – comunidade, capazes de reinserir os ofensores na sociedade de forma digna e humanitária.

Outro motivo ensejador que felicita as práticas restaurativas é a abertura de diálogo entre os envolvidos, de forma que durante o encontro a comunicação possa ser partilhada e dialogada por todos, na tentativa de superar o conflito e facilitar uma solução.

Para atingir estes resultados, é necessário ir à caça de investidores para a implementação dos programas, que facilmente podem ser adaptados as práticas comunitárias, sobretudo, nos países latino-americanos, onde se concentra alto índice de criminalidade e violência.

Ainda quanto a efetividade dos programas, insta ressaltar que a implementação das práticas restaurativas no sistema punitivo deve ser cuidadosamente monitorada, a fim de não perder seu objeto, pois com grandes

esforços foram desenvolvidas e legitimadas para funcionar e atingir seus objetivos.

De igual forma, a necessidade de estar atento a mídia, que possui alto grau de influência na mente humana, que, se aliada as forças de poder, podem influenciar a sociedade a desacreditar na justiça restaurativa.

Quanto as vítimas e contraventores, desde que respeitada a justiça restaurativa, serão beneficiados. Vítimas serão ressarcidas de seus prejuízos materiais e traumas. Infratores repararam os danos causados, e ao mesmo tempo restauram seu propósito de vida na sociedade.

Estatísticas revelaram que a prática restaurativa auxiliou na diminuição do índice criminal, reincidência, melhorias sociais, e redução de despesas públicas.

Há, porém, paradoxos, um destes é que a justiça restaurativa tem sido aplicada em situações que a necessidade de reintegração social são menores.

É certo que caminha a passos curtos, embora já seja aplicável em quase todo o mundo e recomendado inclusive pela ONU. Entretanto, é uma via alternativa que possui um largo caminho a perseguir, em que suas práticas emergentes continuam sendo uma promissora área de estudo das ciências sociais

Esta primeira fase da conclusão expõe resultados obtidos com a pesquisa. Passa-se agora, as reflexões subjetivas.

A violência é o assunto que mais preocupa os brasileiros na atualidade, como também é um tema de grande questionamento em todo o mundo.

A rede perversa se manifesta na sociedade, nas instituições, mas escolas, no trânsito, e no âmbito familiar.

A justiça restaurativa reaviva como um refrigério, aplicando projetos sérios, responsáveis, realizados por pessoas preparadas e bem dispostas ao programa que visa uma conquista: a paz social.

Entretanto, por que essas técnicas não foram implantadas antes, já que trazem soluções eficientes e humanitárias? Algumas respostas começaram a ser delineadas.

No Brasil, por exemplo, parece que há um gene de ditadura militar, que motiva a aplicação de punição regada à dor e sofrimento. Falar em justiça restaurativa, para alguns, é como ver em seus olhos, desconfiança e descrédito.

Outra resposta, também de rejeição na implantação da justiça restaurativa é porque consideram que há um abrandamento de pena.

Da mesma forma, o medo é uma das respostas pela demora da aplicar a prática restaurativa. As pessoas têm medo de inovar, de um modo geral, esperam os resultados acontecerem.

A falta de persistência é também uma destas respostas, já que as pessoas têm o hábito de desistirem muito fácil das coisas.

As pretensas soluções apresentadas neste trabalho passaram a ser repensadas no Brasil em razão de uma forte influência da ONU, no ano de 2002 com o lançamento da resolução 2002/12 a qual sugeriu a utilização de programas de justiça restaurativa em matéria criminal. Por trás deste viés, há ainda um certo receio político de se negar a implantar os métodos sugeridos pelas organizações das nações unidas, pois pode ocasionar algum comprometimento com o mercado externo.

Não é esta a única razão de ter buscado no passado a justiça restaurativa, o que ocorre é que, de fato, a sociedade está com muito medo, e preocupada com o futuro, pois a criminalidade se tornou um caos.

Do mesmo modo que rodeia o pânico, a impaciência desenfreada, a morte brutal como algo natural e a violência banalizada, são sentimentos que causam insatisfação e insegurança da comunidade, e sensação de impunidade.

Já não há mais, controle, não há mais respeito.

Nessas horas de pouca luz, a justiça restaurativa se torna necessária, até mais do que isso: é uma medida urgente.

Num cenário como o Brasil, onde se tem visto diariamente crimes bárbaros, não se levar pelas emoções, e resistir ao mal, é confrontar com o sistema punitivo.

O trabalho tenta elucidar a justiça restaurativa como uma ruptura à violência.

Se atingir este fim, ainda que a pequenos grupo, já se obtém resultados favoráveis, e resgata um pouco mais de dignidade, respeito e paz.

A justiça continuará trilhando pelos ideais punitivos, espalhar idéias e práticas restaurativas, depende de nós.

REFERÊNCIAS

- MADZA, Ednir (org.). **Justiça e educação em Heliópolis e Guarulhos: parceria para a cidadania**. São Paulo : CECIP, 2007, p. 101-106.
- SICA, Leonardo. **Justiça Restaurativa e Mediação Penal. O Novo Modelo de Justiça Criminal e de Gestão do Crime**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007, p. 24-25.
- SILVA, Eliezer Gomes. **Sistema Penal, Controle Social e Direitos Fundamentais – Reflexões sobre as Penas e Medidas Processual-Penais Alternativas**. Crítica Jurídica – Revista Latinoamericana de Política, Filosofia y Derecho. n. 24, Jan/Dez. 2005, p.180.
- CARVALHO, Salo de. **Antimanual de Criminologia**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.
- NUNES, Dayse Carolina de Queiroz. **Justiça restaurativa e sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro**. *Revista da Esmape, Recife, v. 10, p.22, p.71-82, jun./dez. 2005*.
- BERISTAIN, Antonio. **Nova Criminologia à Luz do Direito Penal e a Vitimologia**. Brasília: UnB, 2000.
- PRUDENTE, Neemias Moretti. **Justiça restaurativa em debate**. Artigo originalmente publicado na *Revista IOB de Direito Penal e Processo Penal*, Porto Alegre, vol. 8, n. 47, dez. 2007/jan. 2008.
- OXHORN, Philip; SLAKMON, Catherine. **Micro-justiça, Desigualdade e Cidadania Democrática**. A Construção da Sociedade Civil através da Justiça Restaurativa no Brasil. In: SLAKMON, C.; DE VITTO, R.; GOMES PINTO, R.; (Org.). *Justiça Restaurativa: Coletânea de Artigos*. Brasília: Ministério da Justiça e PNUD, 2005, p.200.
- CARVALHO, Luiza Maria S. do Santos. **Notas sobre a promoção da equidade no acesso e intervenção da Justiça Brasileira**. In: SLAKMON, C.; DE VITTO, R.; GOMES PINTO, R.; (Org.). *Justiça Restaurativa: Coletânea de Artigos*. Brasília: Ministério da Justiça e PNUD, 2005.
- JOCCOUD, Mylène. **Princípios, tendências e procedimentos que cercam a justiça restaurativa**. In: SLAKMON, C.; DE VITTO, R.; GOMES PINTO, R.; (Org.). *Justiça Restaurativa: Coletânea de Artigos*. Brasília: Ministério da Justiça e PNUD, 2005, p. 7-15.
- PAZ, Silvana Sandra; PAZ Silvina Marcela. **Justiça restaurativa – Processos possíveis. Mediação Penal – Verdade – Justiça restaurativa**. In: SLAKMON, C.; DE VITTO, R.; GOMES PINTO, R.; (Org.). *Justiça Restaurativa: Coletânea de Artigos*. Brasília: Ministério da Justiça e PNUD, 2005, p. 7-15.
- MCCOLD, Paul; Watchel, Ted. **Em busca de um paradigma: uma teoria da justiça restaurativa**. Trabalho apresentado no XIII Congresso Mundial de Criminologia, 10-15 de agosto de 2003, Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em www.restorativepractices.org
- ZEHR, Howard. **Trocando as Lentes**. Um novo foco sobre o crime e justiça. Trad. Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2008, p.199.
- SÓCRATES, Adriana Barbosa. **Práticas Restaurativas como diferentes formas de lidar com o que comparece à Justiça**. Disponível: site do Instituto Brasileiro de Justiça Restaurativa (13 fev. 2008). URL < http://www.ibjr.justicarestaurativa.nom.br/pdfs/PraticasRestaurativas_Adriana.pdf >. Acesso em: 04 jun. 2008.
- SÓCRATES, Adriana Barbosa. **Práticas Restaurativas como diferentes formas de lidar com o que comparece à Justiça**. Disponível: site do Instituto Brasileiro de Justiça Restaurativa (13 fev. 2008). URL < http://www.ibjr.justicarestaurativa.nom.br/pdfs/PraticasRestaurativas_Adriana.pdf >. Acesso em: 04 jun. 2008.

SCURO NETO, Pedro. **A Justiça como Fator de Transformação de Conflitos: Princípios e Implementação**. Disponível: Site Restorative Justice On Line (10 março 2005). URL: <http://www.restorativejustice.org/rj3/Full-text/brazil/EJRenato%20_Nest_.pdf>. Acesso em: 20 de jan. de 2008).

UNITED NATIONS. **Handbook on Restorative Justice Programmes: Criminal Justice Handbook series**. Disponível: Site do Instituto Brasileiro de Justiça Restaurativa. URL: <http://www.ibjr.justicarestaurativa.nom.br/pdfs/Ebook_justice.pdf> Acesso em: 21 abril 2008.

KONZEN, Afonso Armando. **Justiça Restaurativa e Alteridade – Limites e Frestas para os Porquês da Justiça Juvenil**. Artigo originalmente publicado na *Revista IOB de Direito Penal e Processual Penal*, Porto Alegre, vol. 9, n. 49, abr./maio 2008, pp. 178-198.

ROLIM, Marcos. **Justiça Restaurativa: Para além da punição**. Disponível: site do Instituto Brasileiro de Justiça Restaurativa (30 jan. 2008). URL <http://www.ibjr.justicarestaurativa.nom.br/pdfs/JR_MarcosRolim.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2008.

ROLIM, Marcos. **Justiça Restaurativa e segurança pública**. Disponível: site do Instituto Brasileiro de Justiça Restaurativa (06 jun. 2008). URL <http://www.ibjr.justicarestaurativa.nom.br/pdfs/JRestaurativa_eSegurancaPublica06_08.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2008.

VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. **Mediação de conflitos e práticas restaurativas: modelos, processos, ética e aplicações**. São Paulo, Ed. Método, 2008.

SLAKMON, Catherine; MACHADO, Maíra Rocha; BOTTINI, Pierpaolo Cruz (Orgs.). **Novas direções na governança da justiça e da segurança**. Brasília-DF: Ministério da Justiça, 2006.

ZEHR, Howard. **Changing lenses a new focus for crime and justice** Scottsdale: Herald, 1995.

ZEHR, Howard. Conferência **Justiça Restaurativa: Um novo foco sobre a justiça**. org. SECRETARIA DE REFORMA DO JUDICIÁRIO/MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 08 de abril de 2008. Brasília-DF.

MAXWELL, Gabrielle. **A Justiça Restaurativa na Nova Zelândia**. *Justiça Restaurativa: Coletânea de Artigos*. Brasília: Ministério da Justiça e PNUD, 2005. p. 280-285.

LATIMER, Jeff; KLEINKNECHT, Steven. **The effects of restorative justice programming: A review of the empirical**. Canadá, Department of Justice – Research and Statistics Division Methodological Series, 2000.

SHERMAN, Lawrence W.; STRANG, Heather. **Restorative Justice: The evidence**. Disponível: Site do Instituto John Smith (2007). URL <http://www.smith-institute.org.uk/publications/restorative_justice_the-evidence.htm>. Acesso em: 2 jun. 2008.

MORRIS, Alisson. **Criticando os críticos: Uma breve resposta aos críticos da Justiça Restaurativa**. In: SLAKMON, C.; DE VITTO, R.; GOMES PINTO, R.; (Org.). *Justiça Restaurativa: Coletânea de Artigos*. Brasília: Ministério da Justiça e PNUD, 2005, p. 439.

BRAITHWAITE, John. **Restorative Justice: assessing na immodest theory and a pessimistic theory**. Ensaio preparado para o curso de direito da Univeridade de Toronto, 1997, em <http://www.aic.gov.au>.

CHRISTIE, Nils. **Los Conflictos com pertenencia**. Trad. Alberto Bonivo e Fabrício Gauriglia. Dos delitos y de las victimas. Julio B. J. Maier (Compilador). Buenos Aires, Ad-Hoc, 1992, pp. 157-182.

GEHM, John R. **The function of forgiveness in the criminal justice system**. Restorative Justice on Trial. Pitfalls and Potentials of Victim-Offender Mediation – International Research Perspectives. Heinz Messmer e Hans-Uwe Otto (org.) Holanda, Kluwer Academic, 1992, p.541-551.

PINTO, Renato Sócrates Gomes. **A Construção da Justiça Restaurativa no Brasil**. O impacto no sistema de justiça criminal. Disponível: site do Instituto Brasileiro de Justiça Restaurativa (19 jun. 2008). URL<
http://www.ibjr.justicarestaurativa.nom.br/pdfs/construcao_justicarestaurativanobrasil2.pdf>.